

**ATA DA 377ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,
REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE SETEMBRO DE 2011.**

Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Edifício Sede, do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Geder Luiz Rocha Gomes; 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback, e os demais seguintes membros: Alvinho Augusto de Sá; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Sousa Netto; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Milton Jordão Pinheiro Gomes; Rodrigo Duque Estrada; bem como os seguintes participantes externos: André Felipe Barbosa de Menezes – do Conselho Penitenciário do Estado de Pernambuco e Promotor de Justiça; Dr. Marcelo Pires Mendonça – Assessor Executivo da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República; Dr. Luiz Fabrício Vieira Netto – Chefe de Gabinete do DEPEN. Justificaram a ausência os Conselheiros: Herbert José de Almeida; Carlos Eduardo Japiassú; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Renato Flávio Marcão; Suzann Flávia Cordeiro de Lima. O Presidente do CNPCP iniciou a reunião lembrando que a reunião de outubro será realizada no Estado de Rondônia, nos mesmos moldes da reunião que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, com Seminário Regional, Circuito Universitário, Audiência Pública e apresentação dos relatórios das inspeções realizadas pelos Conselheiros; falou sobre a realização do CONEPA, que terá início em 19 de outubro, em Campo Grande/MS, em que irão participar o Presidente do CNPCP e os Conselheiros Rodrigo, Valdirene, Erivaldo, Rossini e Luiz Guilherme. Comunicou também que recebeu informação oficial de que o Ministério da Justiça será contemplado com Suplementação de Verba, e que, diante disto, o Conselho solicitará suplementação de 200 mil reais para o final do ano, por estar com déficit em diárias e passagens, e por ainda ter um Seminário a ser realizado, e seguiu sua fala lamentando que este ano de 2011 foi de estagnação para este Conselho, ressaltando as críticas em relação às limitações de verba ao CNPCP, que resultam em limitações até mesmo de ações. O Dr. Geder falou ainda sobre os novos nomes para o Conselho, tendo como certo o do Dr. Pedro Sérgio do Santos, que estará retornando ao CNPCP; os três novos conselheiros tomarão posse na próxima reunião. Ato contínuo, abriu-se espaço para a rodada das Comunicações e Proposições, iniciando pelo Conselheiro Alvinho, que parabenizou o Conselheiro Rodrigo por ter concluído o seu Doutorado com nota máxima, fato que traz enorme alegria a este Conselho. O Conselheiro Milton agradeceu a este Conselho pela compreensão de sua ausência nas últimas reuniões em virtude do nascimento de sua

37 filha, e propôs Moção de Congratulação ao Conselheiro Rodrigo, por ser o primeiro
38 Doutor em Direito Penal pela UERJ, sugerindo que seja encaminhada à própria UERJ, à
39 Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e ao CONDEGE, por ser o Dr. Rodrigo
40 integrante destas instituições, e propôs também Moção de Solidariedade e Apoio ao
41 Ministro da Corte Suprema da Argentina, Dr. Eugênio Raul Zaffaroni, que sempre esteve
42 disponível ao Conselho, pela sua seriedade e qualidade da sua produção no Direito
43 Penal, e também por estar sendo vítima de uma campanha difamatória na Argentina.
44 Em ato contínuo o Conselheiro Fernando comunicou que compôs uma tese sobre as
45 Medidas Cautelares, apresentada e aprovada no Congresso Estadual do Ministério
46 Público de Goiás, a ser também apresentada no evento nacional, que será realizado em
47 Belém/PA, comprometendo-se a encaminhá-la aos Conselheiros por e-mail, para que
48 tomem ciência. Após, a Conselheira Valdirene falou sobre o andamento da Comissão a
49 respeito de Arquitetura Prisional, comunicando que a proposta de revisão final da
50 Resolução será apresentada na próxima reunião, em virtude da dinâmica do trabalho da
51 Comissão e de uma reunião que teve que ser adiada para os dias 6 e 7 de outubro, a
52 ser realizada no âmbito do Ministério da Justiça, e informou ter participado de uma
53 reunião chamada pela Secretaria de Articulação da Presidência, sobre as Conferências
54 Nacionais, que vão ocorrer até o ano que vem, pedindo que, se possível, o CNPCP se
55 articule com os outros departamentos do Ministério da Justiça para que se possam
56 inserir temas que revertam benefícios para a Política Penitenciária. O Conselheiro
57 Rossini se absteve. Em seguida o Presidente do Conselho registrou a presença do Dr.
58 André Barbosa, membro do Conselho Penitenciário do Pernambuco, agradecendo sua
59 presença e sua importante contribuição para a discussão do Indulto. Após, abriu-se
60 espaço para apreciação dos processos distribuídos. O Conselheiro Milton apresentou o
61 processo de nº 08016.004143/09-70, sobre o pedido de Indulto Individual, aprovado o
62 parecer à unanimidade dos presentes. A Conselheira Valdirene apresentou o processo
63 de nº 08037.000135/2006-63, aprovado por unanimidade. O Conselheiro Fernando
64 sugeriu que se encaminhe a proposta apresentada pela Conselheira Valdirene, sobre a
65 inclusão da Comunidade Isolada, à Presidência, e se possível a todos os membros da
66 Comissão formada recentemente para formatar um Novo Anteprojeto de Código Penal.
67 Em seguida abriu-se espaço para discussão da Minuta de Resolução sobre a Prevenção
68 e Combate a Incêndio nas Unidades Prisionais, pelo Conselheiro Rodrigo Duque
69 Estrada. Resolução dada por aprovada após alterações de forma e de fundo propostas
70 pelos Conselheiros. Em ato contínuo deu-se a apresentação da Secretaria Nacional de
71 Articulação Social da Presidência da República, com a participação do seu Assessor

72 Executivo, Dr. Marcelo Pires Mendonça, que iniciou sua fala explicando estar
73 representando o Dr. Pedro Pontual, Diretor Executivo desta Secretaria, a qual é
74 específica para tratar com os movimentos sociais, oferecendo um histórico das ações da
75 Secretaria, dizendo que o CNPCP é um dos trinta e seis Conselhos considerados com
76 cem por cento de participação da sociedade civil em sua composição, sugerindo a idéia
77 de realização de uma Conferência Nacional de Política Criminal e Penitenciária para fins
78 de 2012. O Dr. Marcelo Pires entregou a todos os presentes uma planilha relacionando
79 todas as Conferências Nacionais previstas para 2011 e 2012, ressaltando que a
80 participação social ajuda a formular políticas públicas e promove ambiente de
81 cooperação e consensos. Em seguida o Chefe de Gabinete do DEPEN, Dr. Luiz
82 Fabrício, realizou uma fala sobre as Questões Orçamentárias do CNPCP, trazendo
83 informações sobre crédito orçamentário suplementar. Logo após o Presidente do
84 Conselho deu início à Discussão sobre a Proposta de Indulto 2011, passando a Minuta
85 para o Decreto Presidencial de Indulto Coletivo a ser apresentada pelo Conselheiro
86 Relator, Milton Jordão. Houve várias discussões, tendo o voto da Conselheira Gisela
87 Bester sido contrário especificamente quanto ao inciso XIV da Minuta, pelo qual se
88 possibilita a concessão do indulto às pessoas condenadas por crimes contra o
89 patrimônio, mesmo que cometidos sem grave ameaça ou violência à pessoa, tendo em
90 vista que o dano psicológico gravado na vida das vítimas também configura-se uma
91 grave violência, sendo que, por isso, solicitou que seu voto discordante fosse registrado
92 em ata. A Minuta foi aprovada por maioria. Em seguida o Conselheiro Milton falou sobre
93 o Decreto de Indulto do ano de 2010, cujo art. 1º, inciso X, sobre Medidas de
94 Segurança, está sendo objeto de um questionamento no âmbito do Supremo Tribunal
95 Federal; diante disto, apresentou a proposta de um requerimento ao relator, Ministro
96 Marco Aurélio, para que admita “amicus curiae” nos autos, e apresentou uma segunda
97 proposição, em que se figurassem advogados do CNPCP, nos autos do Recurso
98 Extraordinário 658, o próprio Conselheiro Milton e o Ex-Conselheiro Pier Paolo Bottini
99 Cruz. Ambas proposições foram aceitas por unanimidade pelo CNPCP. O Conselheiro
100 Rodrigo propôs que se fizesse uma mobilização com a SAL, o IBCCRIM, Dr. Luiz Flávio
101 Gomes, a Pastoral Carcerária e o Ex-Presidente do CNPCP Sérgio Salomão Shecaira,
102 para que eles ingressem como “amici curiae” nesta causa, sendo formulado um ofício e
103 enviado a eles, informando que o Conselho irá tentar entrar com o “amicus curiae”,
104 solicitando que todos façam o mesmo. Em seguida abriu-se espaço para a apreciação
105 da ata 375, que foi aprovada após alterações propostas pelos Conselheiros, ficando a
106 ata 376 para ser novamente revisada pelo Drª. Gisela, uma vez que se estar

107 aguardando complementações nas falas de alguns Conselheiros, as quais já lhes foram
108 solicitadas. Em ato contínuo a Dr^a Valdirene deu início à apreciação da Minuta de
109 Resolução sobre “Assistência Religiosa”, tendo havido frutíferas discussões, com várias
110 colaborações dos Conselheiros, ficando para ser feita a homologação do texto final na
111 próxima reunião. Em seguida deu-se a reapresentação do Relatório de Inspeção nos
112 Estabelecimentos Penais do Estado do Rio de Janeiro, pela Conselheira Valdirene, a fim
113 de demonstrar a incorporação, no texto, das sugestões feitas pelos presentes na
114 Audiência Pública realizada no Rio de Janeiro. Tal Relatório foi aprovado após
115 alterações propostas pelo Conselho, com a abstenção do Conselheiro Rossini. A 2^a
116 Vice-Presidente encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar,
117 lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Roberto Dias de Sousa, e revisada pela
118 Conselheira Gisela Bester.

119

120

Geder Luiz Rocha Gomes

121

Presidente do CNPCP

122

123

Publicado no DOU, de 19/01/2012, pagina 27 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 - 27 – nº 14.

124